

SOBRE O DEPOIMENTO

| César Bolaño

O *Depoimento à Assembleia Nacional Constituinte*, de Furtado, em 12 de maio de 1987, é uma peça de ourivesaria, uma preciosidade, não só pelo seu valor histórico, mas também porque logra condensar de forma lapidar, em tão poucas páginas, parte significativa de uma concepção extremamente complexa da cultura, presente, de forma nem sempre explícita, ao longo de toda a sua vasta obra. Embora poucos tivessem isso em mente àquela altura, e mesmo hoje, causando, por vezes, espanto a sua indicação para a pasta da Cultura durante parte do governo Sarney, ele que foi um dos pais da economia política brasileira, a contribuição de Furtado para a compreensão da questão cultural é fruto de uma preocupação antiga e de sólidos conhecimentos em antropologia e nas ciências sociais em geral, desde as primeiras leituras de Gilberto Freyre, ainda na adolescência, de quem aprendeu – como diria a certa altura, na obra autobiográfica – o método, não o conteúdo.

Pode-se notar a importância da cultura em seus trabalhos desde, pelo menos, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Mas ao longo dos anos 1970, em livros como *O mito do desenvolvimento econômico* ou *Criatividade e dependência na civilização industrial*, ou, ainda, no *Prefácio a Nova Economia Política*, a questão cultural será tomada como objeto específico de análise, como elemento fulcral da sua preocupação com a construção de uma ciência

social unificada. Assim, do que se apresentava de início como certo culturalismo da sua economia política – que influenciaria de forma indelével os economistas brasileiros e latino-americanos – surgia agora uma verdadeira Economia Política da Cultura no sentido mais amplo da expressão. Nos anos 1980, quando é chamado a comandar o Ministério da Cultura, essa obra estava pronta, constituindo a base intelectual do seu engajamento no processo de redemocratização, na Comissão Afonso Arinos, na Constituinte.

O texto em exame é fruto dessa história e desse momento. O que impressiona não é, portanto, a desenvoltura com que trata do problema, mas a capacidade de síntese de um pensamento tão elaborado, construído ao longo de décadas. Cada parágrafo, cada frase, por vezes, mereceria extenso comentário, remetendo a fontes, debates, autores, num exercício didático útil para a exposição do pensamento de Furtado sobre a cultura. Não descarto, por certo, a possibilidade, mas evidentemente não há espaço para tanto nesta breve apresentação. Em vez disso, centro os próximos parágrafos em outra característica marcante do *Depoimento*: a sua impressionante atualidade.

Furtado inicia sua exposição advertindo sobre a necessidade de se dar uma nova abrangência à ideia de política cultural, tendo em vista que a elevação da riqueza material convive quase sempre com a preservação de padrões culturais estreitos, ou seja, o crescimento, mesmo de caráter inclusivo, como o dos últimos anos no Brasil, não eleva necessariamente, nos termos do autor, a qualidade de vida, ou aquilo que hoje se conhece como *the good life*, *la buena vida* ou *el buen vivir*, no debate sobre alternativas para o velho conceito de desenvolvimento.

O problema é mais agudo “nas sociedades em que o fluxo de bens culturais possui grande autonomia com respeito ao próprio sistema de cultura”, isto é, nas sociedades de economia dependente, podemos afirmar, mas sem perder de vista que, em Furtado, a dependência é, em primeiro lugar, cultural, construída ao longo do processo de difusão da civilização industrial, que gera, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Nesse caso, a coerência do sistema nacional de cultura está permanentemente posta à prova, em especial quando o fator tecnológico é dominante e, acrescentemos, ainda mais hoje, com o aprofundamento e a banalização da chamada sociedade tecnológica. Assim, a identidade cultural adquire um papel absolutamente central e estratégico para o desenvolvimento, entendido nos termos do parágrafo anterior.

Mas a defesa do “nosso sistema de valores” não se confunde com uma visão da cultura nacional, ou da cultura popular, como algo congelado e mítico. Ao contrário, o ato criativo é definido pelo autor *como ato de ruptura que se alimenta da herança* e assim deve ser intransigentemente defendido. Se nos lembrarmos, por um lado, com Octavio Rodríguez, de que o seu conceito de cultura se estabelece em três níveis (material, espiritual e político-institucional) e, por outro, do seu entusiasmo em relação aos movimentos sociais, ao MST, ao feminismo, ao movimento ecologista, aos “grupos contestadores”, aos jovens, à tomada de consciência dos negros e índios, até mesmo no texto em exame, não é difícil imaginar a posição que ele defenderia diante dos movimentos que tomaram as ruas do país desde junho de 2013.

É significativa também a referência aos riscos da concentração das indústrias culturais e à necessidade de o Estado dar suporte aos criativos, nessas condições. O autor nunca chegou a desenvolver uma economia política da comunicação, mais especificamente, mas a sua posição sobre esse tema – da concentração oligopolista dos instrumentos de produção e distribuição de bens culturais – é inequívoca. Problema não resolvido e que só se aprofundou desde então, inclusive pela constituição de um poderoso *star system* e de formas avançadas de cooptação de setores da cultura popular.

O papel do Estado é “apoiar seletivamente as distintas formas de produção cultural, sem interferir na criatividade artística”. Lembremos que se tratava de fundar uma nova institucionalidade, rompendo com o dirigismo estatal dos anos da ditadura, mas não em favor dos oligopólios culturais. Os últimos parágrafos do texto evidenciam as intenções por trás da primeira política de incentivos fiscais à cultura do Brasil, muito diferentes do que viria a ocorrer com as suas sucessoras, após as mudanças neoliberalizantes do governo Collor.

O ministro Gilberto Gil, no governo Lula, avançou por caminhos próximos aos de Furtado quando criou, por exemplo, os Pontos de Cultura ou quando deu suporte a ações em favor do chamado campo público da televisão, sem, no entanto, tocar nas leis de incentivo a fim de reverter o seu caráter concentrador, oposto à proposta original. No governo Dilma, na Secretaria da Economia Criativa, sob a coordenação de Cláudia Leitão, um esforço importante foi realizado com o objetivo de retomar o pensamento de Furtado e a sua proposta da política cultural como eixo estruturante das políticas de desenvolvimento, mas aparentemente nada indica – nesse raro momento de exercício da criatividade sociológica num aparelho de Estado brasileiro – uma real capacidade de contrarrestar as forças conservadoras poderosas que inibem a tarefa.

§